

# FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EAD

*NALVA DA ROSA  
DIEGO FIGUEIREDO DIAS*

DIGITAL  **FACIMED**

# SOBRE OS AUTORES

## Nalva da Rosa

MBA em Gestão de Projetos

Especialização em Assessoria de Imprensa e Comunicação Empresarial

Possui experiência com coordenação e gerência de processos de produção de conteúdos didáticos para EaD há mais de 10 anos, tendo atuado em Instituições de Ensino e empresas de treinamentos on-line.

Atualmente trabalha como gerente de projetos em uma consultoria educacional da área de EaD.

## Diego Figueiredo Dias

Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá

Graduado em Economia pela Universidade Estadual de Maringá

Sou professor universitário e fui, durante alguns anos, coordenador de graduação e pós-graduação de cursos a distância em um Centro Universitário Paranaense, bem como coordenador dos polos de apoio presencial.

Durante o mestrado, também tive a oportunidade de cursar duas disciplinas na Alemanha, na Universidade de Ilmenau, na qual tive experiências maravilhosas em relação à educação.

Em primeiro lugar, lá não existia chamada ou frequência mínima para o aluno. Achei fantástico! Mas pensei: será que funcionaria no Brasil? Estava convencido de que não, até conhecer a Educação a Distância. Quando retornei daquele país, fui

trabalhar com EaD, onde pude comprovar que era possível implementar uma educação na qual o aluno fosse o agente autônomo que busca o conhecimento e a aprendizagem.

# Introdução

Prezado(a) aluno(a),

Seja bem-vindo(a) à disciplina de Fundamentos Históricos da EAD!

Os números do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) têm confirmado que os alunos da EaD estão adquirindo conhecimento com a mesma qualidade que o presencial, ou até mais, visto que estão, em todo momento, envolvidos com tecnologias, buscando de forma autônoma o conhecimento, a multidisciplinaridade etc.

Nosso material foi dividido em 4 unidades.

Na primeira unidade, trabalharemos os “Fundamentos e as Conceituações de Educação a Distância”, trazendo, ao nosso material, trechos de vários trabalhos de autores renomados.

Na sequência, em nossa segunda unidade, trataremos do “Histórico da Educação a Distância” no Brasil e no mundo.

Em nossa terceira unidade, explicitaremos as “Modalidades da EaD”.

Por fim, na quarta unidade, a “Regulamentação, Legislação e Políticas da EaD”.

## UNIDADE I

# Fundamentos e Conceituações de Educação a Distância

*Diego Figueiredo Dias*

*Nalva da Rosa*

O Ministério de Educação do Brasil (MEC) define a Educação a Distância (EaD) como um segmento no qual os alunos e os professores desenvolvem suas atividades em diferentes momentos ou em diferentes locais. No caso do segmento graduação, o Ministério permite que os cursos tradicionais (presenciais) usem métodos de EaD para cobrir até 20% das atividades educacionais neles incluídas, desde que o curso já seja reconhecido pelo MEC. Qualquer curso de graduação que use a metodologia de educação a distância para mais de 20% das atividades educacionais é definido como um curso de EaD, ou seja, deixa de ser presencial.

Nesta unidade veremos a definição da EaD sob o ponto de vista de diversos autores renomados.

# Educação a distância: uma abordagem inicial

Os cursos de graduação em EaD têm que incluir um nível mínimo de presença pessoal dos alunos nas atividades, como exames, laboratórios e estágios. Essas atividades têm que ser realizadas em polos de ensino, os quais o Ministério mantém sob rígido controle regulatório.

A expressão "Educação a Distância" tem sido criticada por alguns educadores e autores, visto que o termo "distância" é inexistente quando se trata de um ensino de qualidade, que segue as leis impostas pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) e obedece às Diretrizes Curriculares dos cursos que estão sendo trabalhados. Diante desse fato, cito um livro que vale a pena ler cujo título é "Educação sem Distância", escrito por Romero Tori, publicado em 2010, o qual trata da mesma educação, porém com um olhar voltado ao psicológico e pedagógico, que discorda que há a distância quando fazemos efetivamente a EaD.

Nesse contexto, a concepção de Educação a Distância, como uma modalidade de ensino, precisa ser compreendida dentro do contexto da própria Educação, juntamente com os avanços tecnológicos apresentados nesse nosso meio educacional com uma ascensão do desenvolvimento atual.

Segundo o PNE/MEC, o Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação, a Educação a Distância é uma das alternativas imprescindíveis para minimizar os *déficits* educativos e as desigualdades regionais e culturais.

## Para refletir

Com a evolução da economia brasileira, em que o número de empresas cresce cada vez mais e elas, por sua vez, necessitam de mais mão de obra capacitada, pergunto a você: Qual a chance de um trabalhador pai de família, que terminou o Ensino Médio há mais de 10 anos, voltar para os bancos da faculdade? Qual a chance de um morador de um município do interior do Brasil que não possui faculdades presenciais graduar-se?

A resposta está na EaD!

Primeiro, vamos abordar o tema Educação antes mesmo de definir a modalidade em foco. Após, começaremos a falar da modalidade de Educação a Distância (EaD). Vamos lá!

De onde vem o termo “educar”?

A palavra educar vem do latim *duco*, que significa dirigir. Então, a educação é o processo de ensinar e aprender, referindo-se à ação pedagógica que leva o aluno a aprender, saber pensar, criar, inovar, aprimorar seus conhecimentos, participar ativamente de seu próprio crescimento. É também um processo de humanização que molda o ser humano, tornando-o completo. Freire (1998) salienta que não há saber mais ou saber menos, mas que há saberes diferentes e que sejam significativos para a sua vida.

Inaugurando, em nosso país, uma fase que haveria de deixar marcas profundas em nossa cultura e civilização, a educação surge com a finalidade de propagação da fé cristã durante mais de 200 anos, sendo os jesuítas praticamente os únicos educadores do Brasil. Embora tivessem fundado inúmeras escolas de ler, contar e escrever, a

prioridade dos jesuítas sempre foi a escola secundária, grau do ensino em que eles organizaram uma rede de colégios reconhecida por sua qualidade, alguns dos quais chegaram mesmo a oferecer modalidades de estudos equivalentes ao nível superior.

E você sabe quando isso começou no Brasil?

A Educação no Brasil iniciou-se no período colonial, período da história entre a chegada dos primeiros portugueses, em 1500, e a independência, em 1822, quando o Brasil estava sob domínio socioeconômico e político de Portugal. Esse período é caracterizado pelo tripé monocultura, latifúndio e mão de obra escrava. Portanto, a educação brasileira tinha como contexto um Brasil Colônia estreitamente vinculado à política colonizadora dos portugueses.

O movimento de urbanização e desenvolvimento do comércio, ocorrido nos séculos XII e XIII, gerou a escola pública, que teve, no século XVI, seu conceito ampliado ao requerer a participação ativa da família no processo de ensino-aprendizagem.

Constata-se que o século XVII trouxe consigo as academias científicas e a influência iluminista na filosofia educacional ao dissociar a educação da religião, deixando o modelo citado anteriormente.

O século XIX foi marcado pela convivência de várias correntes pedagógicas. Sabe-se que o Idealismo está direcionado para o desenvolvimento do ser humano e do Estado; o socialismo foca-se na classe oprimida ao instigá-la a lutar pela democratização do processo educacional, visando transformar o mundo; por fim, o positivismo, que enfatiza as ciências (BELLONI, 2006).

No século XX, foi visível a influência de várias áreas do saber sob a pedagogia, a exemplo, na psicologia floresceu o Behaviorismo e na filosofia, o Pragmatismo, entre outras, como a linguística, economia e sociologia.

Os mais variados contextos educacionais, os modelos econômicos e sociais germinados na era industrial, no início do século XX, incrementaram a ideia de uma modalidade educacional diferenciada, a EaD, que teve a sua concepção ideológica



no século XIX, que será detalhada na seção seguinte, na qual o contexto histórico abordará eventos políticos, sociais, culturais e econômicos que inferiram características peculiares à modalidade em estudo.

A EaD surgiu com características semelhantes às do ambiente de produção industrial, pois existe uma necessidade de racionalização, divisão do trabalho, planejamento, formalização, objetivação, entre outras que tornam a EaD uma modalidade de difícil definição (BELLONI, 2006).

Assim, as definições propostas para EaD podem estar baseadas em diversas concepções, como, por exemplo, a geografia, a relação entre atores e protagonistas do processo educacional, tecnologia utilizada, entre outros, conforme seguem:

---

Educação a distância pode ser definida como a família de métodos instrucionais nos quais os comportamentos de ensino são executados em separado dos comportamentos de aprendizagem, incluindo aqueles que numa situação presencial (contígua) seriam desempenhados na presença do aprendente de modo que a comunicação entre o professor e o aprendente deve ser facilitada por dispositivos impressos, eletrônicos, mecânicos e outros .

[MOORE, 1973 apud BELLONI, 2006, p. 78]

Ainda no intuito de complementar a definição de educação a distância, apresenta-se a seguinte citação:

---

Educação a distância é um método de transmitir conhecimentos, competências e atitudes que é racionalizado pela aplicação de princípios organizacionais e de divisão do trabalho, bem como pelo uso intensivo de meios técnicos, especialmente com o objetivo de reproduzir material de ensino de alta qualidade, o que torna possível instruir um número de estudantes, ao mesmo tempo, onde quer que eles vivam. É uma forma industrializada de ensino e aprendizagem.

(PETERS, 1973 apud BELLONI, 2006, p. 80)

Segundo o Decreto 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, da Legislação Brasileira sobre educação a distância:

---

Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação .

(BRASIL, 1998, s/p)

Nessa definição, observam-se quase todas as características mais marcantes da educação a distância relacionadas por Landin (1997) no estudo comparativo que fez dos conceitos apresentados por estudiosos famosos. Na Tabela 1.1, a seguir, pode-se verificar o percentual de incidências das características de Educação a Distância nos vários conceitos destacados pelos pesquisadores: Garcia Aretio, Moore, Kearley, Holmberg, Dohmem e outros.

CARACTERÍSTICAS CONCEITUAIS DE EAD - PERCENTUAL DE INCIDÊNCIAS	
CARACTERÍSTICA	PERCENTUAL DE CITAÇÃO (%)
Separação professor/aluno	95
Meios técnicos	80
Organização (apoio-tutoria)	62
Aprendizagem independente	62
Enfoque tecnológico	38
Comunicação bidirecional	35
Comunicação massiva	30
Procedimentos industriais	15

QUADRO 1.2 - Resumo das Características de EaD FONTE: Landim (1997, p. 30).

## Ampliando o conhecimento

De acordo com as estatísticas do Ministério da Educação do Brasil, atualmente, há cerca de 1,5 milhão de alunos matriculados em cursos de graduação em EaD, os quais representar aproximadamente 15% do número total de alunos em cursos de graduação no Brasil. O segmento de cursos de graduação em EaD no Brasil já é comparável ao seu equivalente americano em termos da magnitude do número de matriculados. Entretanto, os segmentos evoluíram de forma diferente nos dois países. Por exemplo, o número de alunos em EaD no Brasil já representava 15% do total em 2014, em comparação a praticamente zero em 2000. Nos EUA, o segmento parece estagnado, na faixa de 4-5% do total de alunos matriculados em cursos de graduação. A comparação entre os dois países é afetada por diversos fatores, incluindo a regulação, disponibilidade de

instituições tradicionais e de EaD, disponibilidade de acesso ao crédito estudantil e o momento em que a população teve acesso a esses fatores.

A definição de Aretio (1994 apud LANDIM, 1997, p. 30) atende a todas as características do quadro anteriormente apresentado:

---

O ensino a distância é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que pode ser massivo e que substitui a interação pessoal, na sala de aula, de professor e aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria que propiciam a aprendizagem independente e flexível dos alunos.

## Princípios da ead

A metodologia baseada na educação a distância busca um aprendizado ativo, em que os conteúdos e as estratégias pedagógicas são planejados para que ocorra um alto grau de interação entre o aprendiz, seus professores e seus colegas. Essa interação deverá ser mediada tanto por meio das novas tecnologias de informação e comunicação como em interatividades pedagógicas que garantam a qualidade no processo ensino-aprendizagem, sobrepondo-se aos paradigmas de tempo e espaço,

possibilitando ao estudante a autonomia na organização de sua agenda de estudo e, principalmente, diminuindo ao máximo sua necessidade de deslocamento, o que atende às necessidades do mundo contemporâneo (BEHAR, 2009). Diante da mesma perspectiva do que foi exposto anteriormente, é possível apresentar a seguinte definição:

---

Educação a distância se refere àquelas formas de aprendizagem organizada, baseadas na separação física entre os aprendentes e os que estão envolvidos na organização de sua aprendizagem. Esta separação pode aplicar-se a todo o processo de aprendizagem ou apenas a certos estágios ou elementos deste processo. Podem estar envolvidos estudos presenciais e privados, mas sua função será complementar ou reforçar a interação predominantemente a distância .

(MALCOM TIGHT, 1988 apud BELLONI, 2006, p. 86)

## Para refletir

A interatividade entre professor e aluno tende a crescer, ou seja, tende a ficar mais aberta, na mesma proporção em que a escola e a sociedade, e também a aprendizagem e a vida. Ao mesmo tempo em que se pode afirmar que a aprendizagem contém características como tempo e espaço, que são importantes no processo e não mais a aula no seu puro significado e sentido, como a sala de aula, por exemplo.

---

Os cursos serão híbridos no estilo, na presença, nas tecnologias, nos requisitos. Haverá muito mais flexibilidade em todos os sentidos. Uma parte das matérias será predominantemente presencial e outra, predominantemente virtual. O importante é aprender e não impor um padrão único de ensinar .

[MORAN, 2000, p. 14]

Os conceitos mencionados anteriormente partem do princípio de que todo ser humano é capaz de buscar o conhecimento e de que a interatividade, atualmente, não acontece apenas de forma síncrona, ou seja, em tempo real. Contempla-se, como grande diferencial, a possibilidade de unir por meios eletrônicos - além fronteiras - pesquisadores, professores, estudantes e profissionais em debates que promovam a geração/fortalecimento de contatos e a discussão da teoria versus a contextualização prática, multiplicando-se os cenários em função das realidades locais dos participantes, bem como suas escolas de formação, capacidade de recursos, usos e costumes.

---

As novas tecnologias podem reforçar a contribuição dos trabalhos pedagógicos e didáticos contemporâneos, pois permitem que sejam criadas situações de aprendizagem ricas, complexas, diversificadas, por meio de uma divisão de trabalho que não faz mais com que todo o investimento repouse sobre o professor, uma vez que tanto a informação quanto a dimensão interativa são assumidas pelos produtores dos instrumentos.

[PERRENOUD, 2000, p. 139]

Na visão de Oliveira (2001), uma síntese dos princípios que norteiam a educação a distância é apresentada na Tabela 1.2.

<b>PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b>	
<b>PRINCÍPIOS</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
<b>DEMOCRATIZAÇÃO</b>	Igualdade de oportunidades. Atende uma população dispersa geograficamente, oferecendo oportunidades àqueles que não puderam iniciar ou concluir seus estudos, garantindo a permanência dos alunos em seu próprio ambiente cultural.
<b>INDIVIDUALIZAÇÃO</b>	Atenção singular a cada sujeito em seu marco contextual.
<b>AUTONOMIA</b>	Consideração às iniciativas pessoais de cada sujeito e estímulo ao seu desenvolvimento responsável. Permite que o aluno seja um sujeito ativo na sua formação. Estimula a independência intelectual: capacidade para pensar, trabalhar e decidir alternativas viáveis para a superação de situações problemas.
<b>COMUNICAÇÃO</b>	Intercâmbio de informações na perspectiva bidirecional, como garantia de uma aprendizagem dinâmica e inovadora. O afastamento entre professor e aluno é compensado pelo uso do sistema multimídia, transformando a distância em fator positivo para o desenvolvimento da independência intelectual do aluno.
<b>SOCIALIZAÇÃO</b>	Estimula a cooperação solidária e construtiva, o desenvolvimento da capacidade de participação social, geração de espaços políticos e melhora dos entornos sociais e físicos.
<b>ABERTURA</b>	Permite o aperfeiçoamento permanente. É uma atividade de ampliação contínua de horizontes pessoais, profissionais e sociais.
<b>CRIATIVIDADE</b>	Esforço contínuo de descobrimento, originalidade, reflexão e busca de alternativas viáveis.
<b>EDUCAÇÃO PERMANENTE</b>	Possibilita alternativas de aperfeiçoamento contínuo profissional, a formação permanente e a promoção cultural.
<b>FLEXIBILIDADE</b>	Atende os alunos nas mais diversas necessidades e situações, possibilitando tempos, espaços, ações e processos que se adaptem às exigências de cada um.

QUADRO 2.2 - Princípios da Educação a Distância FONTE: Oliveira (2001, p. 13).

## Ampliando o conhecimento

São modalidades de atos autorizativos: credenciamento e credenciamento de Instituições de Educação Superior (IES) e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

### Credenciamento e Recredenciamento

Para iniciar suas atividades, as IES devem solicitar o credenciamento junto ao MEC. De acordo com sua organização acadêmica, as IES são credenciadas como: faculdades, centros universitários e universidades.

Inicialmente, a IES é credenciada como faculdade. O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as respectivas prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade.

O primeiro credenciamento da instituição tem prazo máximo de três anos, para faculdades e centros universitários, e de cinco anos, para as universidades.

O credenciamento deve ser solicitado pela IES ao final de cada ciclo avaliativo do Sinaes, junto à secretaria competente.

### Autorização

Para iniciar a oferta de um curso de graduação, a IES depende de autorização do Ministério da Educação. A exceção são as universidades e centros universitários que, por terem autonomia, independem de autorização para funcionamento de curso superior.



No entanto essas instituições devem informar à secretaria competente os cursos abertos para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento (Art. 28 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006).

No processo de autorização dos cursos de graduação em Direito, Medicina, Odontologia e Psicologia, inclusive em universidades e centros universitários, a Secretaria de Educação Superior considera a manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Nacional de Saúde (Art. 28, § 2º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006).

#### Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento

O reconhecimento deve ser solicitado pela IES quando o curso de graduação tiver completado 50% de sua carga horária. O reconhecimento de curso é condição necessária para a validade nacional do diploma.

Assim como nos processos de autorização, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e o Conselho Nacional de Saúde têm prerrogativas para manifestarem-se junto ao Ministério da Educação no ato de reconhecimento dos cursos de graduação em Direito, Medicina, Odontologia e Psicologia.

A renovação do reconhecimento deve ser solicitada pela IES ao final de cada ciclo avaliativo do Sinaes, junto à secretaria competente.

Fonte: PORTAL MEC, on-line.

## Indicação de leitura

**Nome do livro::** Educação a Distância: O Estado da Arte

**Editora::** Pearson

**Autor::** Fredric M. Litto

**ISBN::** 8576051974

Idealizado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), organizado por dois especialistas renomados no tema e composto por 61 capítulos escritos pelos maiores profissionais brasileiros em EaD, este livro transmite ao leitor o mais alto e expressivo grau de desenvolvimento atingido pelas abordagens da educação a distância no país até o momento, considerando o contexto dos cenários nacional e internacional de aprendizagem.

## UNIDADE II

# História da Educação a Distância

*Diego Figueiredo Dias*

*Nalva da Rosa*

Todo contexto histórico, independente do segmento em análise, está atrelado às condições econômicas, sociais, culturais e políticas, em um determinado período. Gonçalves (2008), em seu estudo sobre o Estado e a expansão do ensino superior no Brasil, menciona que a história não tem princípio, mas, sim, origem. A história também não tem destino, pois ela é probabilística.

Avaliar a evolução do processo histórico que ocorre no segmento educacional, principalmente quando se trata de uma modalidade diferenciada, como é a modalidade em EaD, segue o cenário anterior. A EaD caminha por terrenos áridos há décadas, pois objetiva minimizar ou extinguir barreiras tecnológicas e geográficas em benefício da construção e consolidação do conhecimento, o que parece ser uma difícil realização. Nesta unidade trabalharemos a história da evolução da EaD, principalmente no Brasil.

# Breve história da ead

Alonso (2000) afirma ser um ato corajoso falar sobre a Educação a Distância no país em que se vive. Isso se comprova quando é analisado seu texto em que, mesmo passados mais de 10 anos, a resistência no seio das instituições e da sociedade como um todo continua muito arraigada, mesmo com toda a evolução que se visualiza nos dias de hoje.

## Ampliando o conhecimento

Veja a campanha feita pelo Conselho Federal de Enfermagem contra a EAD.

[www.youtube.com. <https://www.youtube.com/watch?v=EyV4CBIDKXg>](https://www.youtube.com/watch?v=EyV4CBIDKXg)

Para que se possa entender o desenrolar dessa trajetória histórica, as páginas seguintes permearão a história da EaD no mundo e, posteriormente, focarão em sua evolução no Brasil. Para tanto, serão consideradas discussões acerca de intervenções políticas, econômicas e, conseqüentemente, sociais no processo que conduziu a EaD ao cenário atual.

A EaD, em sua forma empírica, foi preconizada pelo apóstolo Paulo, o responsável pela propagação dos ensinamentos propostos pelo seu mestre, Jesus Cristo, ao transcrever orientações e se corresponder com povos de antigas civilizações.

Para Alves (2007 apud LITTO, 2009), o exposto anteriormente não é considerado como marco histórico científico para o estudo da EaD, mas, sim, registra-se que o seu surgimento foi no século XV, quando Johannes Guttemberg, na Alemanha, inventou a imprensa, tornando dispensável ir às escolas para ouvir o mestre ler livros sem nenhuma possibilidade de interação ou integração com o processo. Os livros também eram onerosos e raras eram as pessoas que tinham condições de adquirir algum exemplar.

Em meados dos séculos XVII e XVIII, as comunicações científicas passaram a ser feitas via carta. Esse fato instituiu uma nova etapa do processo de ensino-aprendizagem, configurando mais um avanço para a modalidade em estudo.

Lobo Neto (2001) considera como marco da EaD a publicação do dia 20 de março de 1728, feita na Gazeta de Boston, em que o professor de taquigrafia propôs-se a ensinar arte às pessoas da região, enviando as lições semanais bem orientadas por ele.

No século XIX, países desenvolvidos, a exemplo da Suécia, Inglaterra, França e Alemanha, deram passos consideráveis para a consolidação da EaD no mundo. Por se tratarem de países de referência pelas ações de vanguarda na promoção do conhecimento e constantes propulsores do saber, a sua metodologia de ensino foi incrementada por troca de informações sobre áreas específicas, com características pedagógicas, ou seja, a condução do processo de ensino-aprendizagem passou a ser direcionada para um determinado fim. Como exemplo dessa metodologia, cita-se a primeira escola por correspondência destinada ao ensino de línguas, em 1856, em Berlim, e que foi aprimorada em 1873, em Boston, pela Dra. Anna Eliot Ticknor, ao criar a *Society to Encourage Study at Home* (ALVES, 2007 apud LITTO, 2009).

Seguindo a metodologia, professores residentes nas cidades de Oxford e Malmö, esta na Suécia, seguiram com cursos de línguas e outros na área comercial, por identificarem, historicamente, futuras necessidades empresariais da emergente Revolução Industrial.

Para melhor entendermos a influência imposta ao processo educacional na época da Revolução Industrial, basta perceber que nesse período houve a segmentação da linha de produção e a massificação do produto, seguindo o modelo preconizado por Ford e o sistema capitalista, tornando o campo educacional propenso a novas ideias e métodos que, ao mesmo tempo em que igualassem os conhecimentos, também permitiriam abrir a oportunidade de inovação, sendo um caminho favorável para a EaD. Nessa fase, a EaD foi apontada como um modelo de educação industrial no qual o planejamento ocorre para garantir o desenvolvimento das ações propostas para o processo de ensino-aprendizagem (BELLONI, 2006).

No século XX um acontecimento marcante abalou o mundo, a Primeira Guerra Mundial. Com duração de um pouco mais de quatro anos, a partir do dia 28 de julho de 1914, a guerra referida entre a Tríplice Entente, liderada pelo Império Britânico junto à França e Rússia, e a Tríplice Aliança, liderada pelo Império Alemão e composta pelo Austro-Húngaro e Turco-Otomano, trouxe repercussões negativas e outras não tão ruins. Considerando apenas a herança positiva advinda da Primeira Guerra e com foco no contexto histórico educacional, tem-se como exemplo a revolução dos meios de comunicação, inicialmente apontada apenas para fins bélicos, que culminou com a utilização do rádio para fins educacionais. Esse veículo de comunicação passou a fazer parte da construção de uma nova era, penetrando o ensino formal, atendendo uma clientela deslocada pelo êxodo em período de guerra, bem como estudantes da América Latina e Brasil.

Além do rádio, em meados do século XX, a televisão, recurso tecnológico que surgiu em 1924, em Londres, permitiu a expansão educacional por meio da incorporação de contingentes populacionais no sistema de ensino.

A televisão foi utilizada pela *Open University* Britânica, que representa até o presente uma das mais conceituadas instituições de educação na modalidade a distância e que, atualmente, além de cursos de graduação e de pós-graduação, tem enfatizado a criação de cursos para o atendimento de demandas e qualificação técnica de profissionais específicas, a exemplo de muitas outras pelo mundo.

As mudanças no mundo contemporâneo, face à globalização da economia e à explosão das tecnologias de informação e comunicação e, conseqüentemente, à configuração de um novo paradigma de sociedade, exigem a aquisição e a aplicação de novos conhecimentos. Nesse novo contexto econômico e social, a EaD vem adquirindo grande importância. Em consequência disso, há um crescente número de instituições que a assumem em seus programas de formação para atender às demandas que aumentam exponencialmente (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

A difusão da EaD no mundo, segundo Niskier (2000), deu-se agora no início do terceiro milênio. Vive-se a realidade de uma globalização pedagógica, em que a tecnologia colabora, significativamente, para a interligação de países diferentes e, muitas vezes, muito distantes. A união e o trabalho em conjunto entre os países tornam-se interessantes, pois o custo é reduzido, o que caracteriza ter programas comuns.

Belloni (2006) afirma que a globalização não é apenas um fenômeno econômico, mas tem a ver com a transformação do espaço e do tempo e relaciona sua intensificação com o surgimento dos meios de comunicação e tecnologia em escala planetária.

## Para refletir

Essas mesmas tecnologias que globalizam as informações são aplicadas à EaD. Segundo Belloni (2006, p. 65), “[...] a EAD tende doravante a se tornar, cada vez mais, um elemento

*regular dos sistemas educativos, necessários não apenas para atender a demanda e/ou grupos específicos, mas assumindo funções de crescente importância na educação”.*

A EaD no Brasil tem evoluído muito nos últimos anos, mas engana-se quem imagina que isso é um movimento recente em nosso país. A EaD é mais antiga do que parece e é isso que vamos tratar nesta unidade, do surgimento dessa modalidade na, até então, tradicional educação brasileira.

## Ampliando o conhecimento

O setor de Educação do Brasil - desde as crianças nas escolas de educação básica até os adultos em cursos de graduação e pós-graduação - envolve aproximadamente 31% da população brasileira, incluindo mais de 57 milhões de alunos e cerca de 2,7 milhões de profissionais. Ao contrário das matrículas nos segmentos de educação básica e ensino superior tradicional, que vêm permanecendo estáveis ou com crescimento modesto, o número de alunos matriculados em cursos de ensino a distância cresceu mais de 20 vezes, passando de aproximadamente 60.000, em 2004, para cerca de 1,5 milhão, em 2014.



# Educação a Distância no Brasil

Quando se pensa no processo histórico em que as políticas educacionais são construídas, deve-se levar em consideração a disputa entre as pessoas e/ou instituições que participam do processo em cada contexto sociopolítico. É nessa disputa, a qual é influenciada por diferentes determinações, que se dá a importância do significado da educação no que tange a seus conceitos, sentidos e visões, principalmente na Educação a Distância em particular.

Anteriormente à primeira guerra mundial e no mesmo ano em que o Brasil republicano dava os primeiros passos em direção à consolidação dos Estados Unidos do Brasil, apareceram os primeiros ensaios com relação à estruturação da EaD, pois, em 1891, o jornal do Brasil apresentou, em sua seção de classificados, o anúncio que ofertava profissionalização por correspondência em datilografia. Essa habilidade reportava que o profissional podia comunicar-se de forma mais avançada que os demais, e posteriormente as suas informações seriam propagadas e registradas.

Contudo, o processo referido anteriormente não apresenta registros mais consistentes, levando o então Ministro da Justiça e Negócios Internos, José Seabra, ao seguinte pronunciamento: ***"O Ensino chegou (no Brasil) a um estado de anarquia de descrédito que, ou faz-se a sua reforma radical, ou preferível será bani-lo de vez"*** (A EDUCAÇÃO..., 2012, on-line).

Pela frase do excelentíssimo Ministro percebe-se que, nesse contexto, a EaD não poderia ser inserida como modalidade que permitiria a propagação do saber. Na época, era notável a falta de direcionamento de recursos e demais incentivos para a educação. Nem os veículos de propagação do conhecimento existentes na época, os correios, que facilitavam o processo pedagógico, tinham melhorias em suas estruturas física, pessoal e operacional. Autoridades bem como órgãos governamentais não tinham interesse em avançar, nem mesmo em reproduzir o que países desenvolvidos vinham construindo em termos de educação.

## Para refletir

A qualidade do ensino é determinada pela instituição responsável pela geração dos conteúdos ou pelo empenho e dedicação do aluno?

Alves (2007 apud LITTO, 2009) divulga que, em 1923, um grupo liderado por Henrique Morize, engenheiro, e Roquete Pinto, médico legista, fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Esse período demarca o início da educação pelo rádio no Brasil, apesar de saber que quase a totalidade da população brasileira, nessa época, era analfabeta. Surge a necessidade e o pensamento de que, para alcançar a modernidade, a sociedade deve ser alfabetizada. Doação de terrenos para construir escolas, auxílios aos professores rurais e isenção de impostos são algumas das medidas tomadas pelos governantes da época, visando à disseminação do modelo educacional existente.

Na década de 30 surge o Ministério da Educação e Saúde Pública, responsável pelo desenvolvimento de atividades pertinentes a vários Ministérios, como: saúde, esporte, educação e meio ambiente. Até então, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça.

No ano de 1932 foi elaborado o Manifesto dos Pioneiros da Educação. Especialistas da Educação, intelectuais e muitos artistas levantaram a bandeira por uma educação essencialmente pública, e o Estado foi chamado a assumir e estabelecer um sistema escolar comum, compulsório e gratuito para crianças com menos de 15 anos de idade.

Nesse contexto, em 1935, o Ministério da Educação e Saúde Pública, diante de uma necessidade criada por dados epistemológicos, foi agraciado com a doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, citado anteriormente. Após um ano de estruturação do meio de comunicação, foi criado o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério

da Educação. Diante dos processos de evolução da comunicação, experiências com rádios, no ensino e em outras áreas, a exemplo da eletrônica, surgiram em outras cidades brasileiras focos da expansão de um novo modelo educacional.

Na década de 40, o governo, por meio do Ministro Clemente Mariani, encaminha ao Congresso Nacional o projeto de Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. O marco da época também foi a Reforma Educacional promovida pelo governo federal, chamada de Reforma Capanema, que idealizava a educação popular e das elites, e era concebida nos limites dos interesses nacionais. Os futuros líderes seriam assim educados e receberiam maiores responsabilidades na sociedade brasileira. Em linhas gerais, a educação primária seria para todos e a educação secundária para poucos.

Na década de 50 o ensino público deveria ser articulado em uma rede que se iniciava com a formação básica até a universidade. Anísio Teixeira propôs a criação de fundos financeiros para a educação, como o atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEP).

Durante os anos da década de 60, o MEC inovou e obteve a concessão de canais de televisão, pelos quais se ministravam cursos a distância, e, paralelamente a essa ação, houve a criação de algumas fundações que tinham, por objetivo, a promoção de atividades voltadas à educação.

O Projeto Minerva apareceu, na década de 70, com diversos cursos, em que, por meio da cadeia nacional de rádio, eram transmitidos. Também na mesma década, projetos como o Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI) surgiram, os quais tinham por objetivo habilitar os professores que não eram titulares de 1º grau, e ainda para todas as capitais brasileiras, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

Por meio da Fundação Educacional Padre Landell de Moura (FEPLAM), o Projeto Minerva implementou cursos de Educação a Distância com o intuito de capacitação ginásial para os docentes. Claro que essa educação a distância era via

correspondência, tendo como precursora a Associação Brasileira de Teleducação (ABT) e o ME. Outros projetos foram os cursos supletivos de 1º grau, envolvendo o MEC, o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL) e as Secretarias de Educação. Observa-se a quantidade de cursos transmitidos via cadeia nacional de emissoras de rádio, em que uma clientela de nível socioeconômico precário e sem escolarização foi beneficiada.

É possível perceber que, até o presente, foram consideradas ações pontuais no oferecimento da modalidade em estudo, ou seja, educação a distância. Sem retirar o mérito das pessoas ou instituições citadas anteriormente, bem como a contribuição refletida em todo o avanço do processo educacional no contexto nacional, sabe-se que, a partir da década de 70, diante das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, essas foram ainda mais decisivas para o processo de consolidação da EaD.

As transformações ocorridas em diversas nações passaram a interferir de maneira significativa na estrutura socioeconômica e política do Brasil. O período de universalização do capitalismo, enraizando-se em dimensões jamais alcançadas, levou a uma reestruturação social, que alterou o metabolismo intrínseco do país, instigando reformas institucionais em diversos setores, desde a saúde, como a Reforma Sanitária, chegando à Educação (SILVA JR, 2003).

Gonçalves (2008), em seu recente estudo sobre a interação do contexto histórico com o Estado e a educação, reporta muito claramente as profundas transformações políticas e econômicas que sofreu com a atuação do Estado. Os 20 trabalhos científicos que estudou, na década de 70, demonstraram um Estado capitalista reprodutor da ordem social, além de ineficiente e omissos às reais necessidades sociais. Na mesma análise, os trabalhos também apontaram expectativas a respeito da democratização e combate às desigualdades, ainda não discutidas profundamente pelo Estado e muito menos pela sociedade.

As críticas ao modelo de Estado capitalista em período semelhante foram explicitadas no texto que segue:

[...] Esta política (educacional) se insere numa política mais ampla de “educação para o desenvolvimento”. O propósito central é a modernização e racionalização das instituições que complementam o sistema de produção. Parte-se do suposto de que o grau de desenvolvimento da economia doméstica está condicionado pela falta de eficiência ou à não distribuição racional dos recursos escassos para fins mais produtivos. A solução é posta no aperfeiçoamento e modernização do imperfeito e anacrônico sistema administrativo. [...] O próprio sistema escolar é responsabilizado pelos problemas crônicos que o afetam, por estar irracionalmente administrado. A dimensão política deste quadro clínico está em que dando ênfase à irracionalidade administrativa do sistema, desvia-se, consciente ou inconscientemente, a atenção dos fatores estruturais, verdadeiros responsáveis dos fracassos da escola. Oculta-se que a organização da produção, a divisão técnico-social do trabalho, a distribuição da riqueza e do poder em uma sociedade são fatores condicionantes da distribuição dos recursos educacionais, da quantidade, qualidade e nível de educação que pode ser atingido em cada grupo social .

[ARROYO, 1979 apud GONÇALVES, 2008, p. 36]

Alves (2007 apud LITTO, 2009) reporta que, na década de 70, o Brasil estagnou em turnos de construção de novas tecnologias e desenvolvimento socioeconômico, o que repercutiu em um início da era escura para EaD. Esse cenário não ocorreu por

demérito da referida modalidade, mas, sim, por conta do momento vivido internamente no país.

Na década de 70, o mundo iniciava a sua trajetória rumo à universalização do capitalismo. Esse sistema econômico passou a transitar em territórios geográficos nos quais outrora não havia permeado, gerando uma reestruturação das estruturas sociais, a qual, de acordo com Silva Júnior (2003), modificou a dinâmica social em nível planetário, desencadeando reformas institucionais.

Essas mudanças no contexto econômico social do mundo foram fruto da produção, diagnósticos e pesquisas feitas por intelectuais, oriundos da então economia central planetária composta pelos Estados Unidos e demais membros do Banco Mundial que propuseram, para mais de 60 países, um plano único de ajuste econômico com a estratégia de homogeneizar políticas econômicas (FIORI, 1995 apud SILVA JR., 2003, p. 91).

Essa afirmação é reforçada por Frigotto e Ciavatta (2003), bem como por Silva Jr. (2003), que mostram claramente que a intervenção dos organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi protagonista na ação de garantir a rentabilidade do sistema social das grandes corporações, das empresas transnacionais e dos países detentores dos poderes gerais, onde, coincidentemente, estão as suas bases políticas.

Segundo Pereira (2002 apud GONÇALVES, 2008), entre os anos 30 e 70, o Estado desempenhou um papel de promotor do crescimento econômico, o que não aconteceu na década de 80, quando se tornou um obstáculo para o desenvolvimento do país, pois a crise ocorrida no final da década de 70 comprometeu a capacidade do Estado em gerir as necessidades internas.

Martins (1990 apud GONÇALVES, 2008), em sua revisão histórica sobre a educação e Estado, deixa clara a intervenção do Estado na sociedade e na economia.

---

[...] o direito a ela não está vinculado necessariamente a um processo de democracia política [...] [mas] à necessidade de um mínimo de instrução para os trabalhadores tomarem parte do processo produtivo. A extensão da educação a todos, então, é também uma necessidade econômica, uma necessidade do processo produtivo .

(MARTINS, 1990 apud GONÇALVES, 2008, p. 63)

Com o objetivo claro de ampliar a oferta do ensino superior, as bases legais para a modalidade educacional a distância foram firmadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), regulamentada pelo Decreto n.º 5.622 publicado no DOU, de 20/12/05, com normatização definida na Portaria Ministerial n.º 4.361, de 2004. Porém, já no ano de 2001, o Conselho Nacional de Educação estabeleceu normas para os cursos oferecidos à pós-graduação lato e stricto sensu, por meio da Resolução n.º 1. Isso ocorreu devido ao fato da modalidade em questão ser apresentada primeiramente por meio de cursos de pós-graduação.

No processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, em que os déficits e as desigualdades são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na Educação a Distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. Além do mais, os programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral (PNE - MEC, 2001).

Em 1994, encontram-se dois marcos para o início da consolidação da modalidade a distância, pois foi criado o Sistema Nacional da Educação a Distância, por meio do Decreto n.º 1.237, ao mesmo tempo em que surge a coordenadoria de EAD/MEC. Dois

anos após, foi criada a Secretaria de Educação a Distância/MEC, que, atualmente, é responsável pela fiscalização e regulamentação dos processos pertinentes à EaD (SANTINELLO, 2007).

Considerando o Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394, de dezembro de 1996, atribui-se ao poder público a ação de “incentivar o desenvolvimento e a vinculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis”, o que permite um sistema educacional mais flexível, com relação à criação de cursos e metodologias, possibilitando uma autoaprendizagem, por meio de recursos didáticos organizados de maneira sistemática e enriquecidos por fundamentos de comunicação e informação.

Apesar da lei mencionada anteriormente ter passado por revisão e ser regulamentada pelo Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, a EaD ainda estava sendo cautelosamente observada pelos atores principais da educação presencial, principalmente quanto à avaliação do desempenho dos alunos, condicionando-os a realizarem avaliação presencial.

Segundo Gomes (1994), a determinação mencionada anteriormente exaltou a discussão sobre a qualificação do ensino: presencial ou a distância, e não sobre o substantivo principal, educação.

O Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que revogou o anteriormente citado, definiu a EaD nos mesmos moldes anteriores. Os pontos a destacar desse novo decreto são:

1. O objetivo de padronizar normas e procedimentos na direção da uniformidade.
2. Cria normas e exigências para processos, pautando-se em referenciais de qualidade. Aqui, caberia até uma discussão sobre esse termo tão subjetivo chamado de qualidade, que por não ser foco do presente trabalho será mencionado mais adiante, quando for abordada a legislação específica da EaD.
3. Aplica, integralmente, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) à EaD.



Em julho de 2006 surge o Decreto n.º 5.800, que apresenta o Sistema de UAB, constituindo um amplo sistema nacional de educação superior a distância. A UAB nasce de uma parceria entre a União e as entidades federativas sem estrutura física formal, a exemplo de outras universidades abertas internacionais, visa ofertar cursos superiores em diferentes áreas do conhecimento, sendo o oferecimento, prioritário, de licenciaturas (GOMES, 2008).

## Desenvolvimento histórico da ead no brasil

Para exemplificar o Desenvolvimento Histórico da EaD no Brasil, observemos a Tabela 2.1 a seguir:

<b>DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA EAD NO BRASIL</b>	
<b>ANO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>1923/1925</b>	Rádio Sociedade do RJ.
<b>1923</b>	Fundação Roquete Pinto - Radiodifusão.
<b>1939</b>	Marinha e Exército - cursos por correspondência.
<b>1941</b>	Instituto Universal Brasileiro - cursos por correspondência, formação profissional básica.
<b>1950/1960</b>	MEB - Educação de Base.
<b>1967/1974</b>	Projeto Saci/Inpe - teleducação via satélite, material de rádio e impresso, para ensino fundamental e treinamento de professores.
<b>1969</b>	TVE do Maranhão - cursos de 5ª a 8ª séries, com material televisivo, impresso e monitores.
<b>1970</b>	IOB - Informações Objetivas, Publicações Jurídicas - ensino por correspondência para o setor terciário.

<b>1970</b>	Projeto Minerva - cursos transmitidos por rádio em cadeia nacional.
<b>1974</b>	TVE do Ceará - cursos de 5ª a 8ª séries, com material televisivo, impresso e monitores.
<b>1976</b>	Senac - Sistema Nacional de Teleducação, cursos por meio de material instrucional (em 1995, já havia atendido 2 milhões de alunos).
<b>1979</b>	Centro Educacional de Niterói - módulos instrucionais com tutoria e momentos presenciais, cursos de 1º e 2º graus para jovens e adultos, qualificação de técnicos.
<b>1979</b>	Colégio Anglo-Americano (RJ) - atua em 28 países, com cursos de correspondência para brasileiros residentes no exterior em nível de 1º e 2º graus.
<b>1979</b>	UnB - cursos veiculados por jornais e revistas. Em 1989, transforma no Cead e lança o Brasil EaD.
<b>1980</b>	ABT - Associação Brasileira de Tecnologia Educacional - programa de aperfeiçoamento do magistério de 1º e 3º graus.
<b>1991</b>	Fundação Roquete Pinto - programa "Um Salto para o Futuro", para a formação continuada de professores do ensino fundamental.
<b>1992</b>	UFMT/FAE/Nead - programas em nível de licenciatura plena em educação básica e Serviço de Orientação Acadêmica.
<b>1993</b>	Senai/RJ - centro de EaD desenvolve cursos de Noções Básicas em Qualidade Total, Elaboração de Material Didático Impresso (16 mil alunos), cursos a distância para empresas na Argentina e Venezuela.
<b>1995</b>	Secretaria Municipal de Educação - MultiRio (RJ) - cursos de 5ª a 8ª séries, por meio de programas televisivos e material impresso.
<b>1995</b>	Programa TV Escola - SEED/MEC.
<b>1995/1996</b>	Laboratório de Ensino a Distância do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSC.
<b>1996</b>	UCB - Universidade Católica de Brasília - cursos de especialização a distância.
<b>1996</b>	Maio - Criação da SEED/MEC - Secretaria de Educação a Distância.
<b>1996</b>	Dezembro - Lei 9.394/96 (LDB) - reconhece oficialmente a EaD no Brasil.
<b>1997</b>	PROINFO - Programa Nacional de Informática na Educação (SEED/MEC).
<b>1997</b>	Escola Brasil - programa de rádio AM/OC, ensino fundamental - FUNDESCOLA/MEC. -- e-proinfo - MEC desenvolve o ambiente de aprendizagem colaborativa online.
<b>2000</b>	Primeiras universidades credenciadas pelo MEC para oferecerem cursos a Distância.

2000	UNIREDE - Rede de Educação Superior a Distância - consórcio que reúne 68 instituições públicas do Brasil.
2000	PROFORMAÇÃO - formação de professores de nível médio - SEED/FUNDESCOLA/MEC.
2001	RENADUC - Rede Nacional de Informação e Educação a Distância - gestão escolar - UNDIME.
2001	PROGESTÃO - capacitação de gestores escolares, consórcio de 24 estados brasileiros.
2002	Projeto Veredas - formação de professores das séries iniciais em nível superior - Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais.
2002	Fundação CECIERJ/Consórcio CEDERJ - Consórcio de universidades públicas do estado do Rio de Janeiro para o oferecimento de cursos de graduação e extensão a distância.
2005	Início das atividades da Rede EaD Senac de Pós-Graduação.
2005	Lançamento do Programa Mídia-Escola, cujas atividades se iniciam em 2006.
2006 2007 2010 2016	Sistema UAB - Universidade Aberta do Brasil é oficializado. Referenciais de Qualidade do MEC. Portaria Normativa 40. Novo Marco Regulatório da EaD.

QUADRO 1.1 - Desenvolvimento Histórico da EaD no Brasil FONTE: Adaptada de Corrêa (2007).

## Indicação de leitura

**Nome do livro::** Educação a Distância

**Autor::** Maria Luiza Belloni

**ISBN::** 978-85-7496-359-4

O texto pretende contribuir para o debate sobre a crise da educação diante das novas demandas sociais e sobre as contribuições possíveis da educação a distância, no sentido de tornar possível um processo de aprendizagem aberta e autônoma.



## UNIDADE III

# Modalidades da EaD

*Diego Figueiredo Dias*

*Nalva da Rosa*

A EaD vem ganhando muito espaço dentro das modalidades educacionais, desde o ensino fundamental até a pós-graduação. No ensino fundamental e médio, ainda prevalece a educação para jovens e adultos, ou seja, os antigos supletivos que devem seguir as resoluções CEB/CNE 02/1998 (Ensino Fundamental), CEB/CNE 03/1998 (Ensino Médio) e CEB/CNE 01/2000 (Educação de Jovens e Adultos).

Então, essa modalidade torna-se uma maneira de o jovem e/ou adulto alfabetizar-se e adquirir os conhecimentos necessários para obter os certificados de conclusão de ensino médio e poder cursar um curso superior.

No ensino superior presencial, conforme já mencionamos anteriormente, podem ser utilizados até 20% de EaD em sua carga horária, por meio de diversas ferramentas em cursos já reconhecidos pelo MEC. Já os cursos que são considerados superiores a distância possuem de 21% a 100% de EaD em sua carga horária.

O objetivo desta unidade de estudo é demonstrar que, no universo dos cursos superiores, é possível trabalhar a carga horária de diversas maneiras, bem como uma diversidade de ferramentas.

# Cursos Presenciais que utilizam até 20% de EaD

A Portaria 4059/10 de dezembro de 2004 legaliza a possibilidade das instituições que possuem cursos reconhecidos utilizarem até 20% de sua carga na modalidade a distância. O artigo primeiro traz o seguinte:

---

Art. 1º: As instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996, e no disposto nesta Portaria .

(BRASIL, 2004, s/p)

De acordo com essa portaria, fica estabelecido que todos os cursos que utilizarem quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota serão considerados semipresenciais.

Estabeleceu-se ainda que disciplinas poderão ser ofertadas integralmente a distância ou em partes, desde que a oferta em EaD não ultrapasse 20% da carga horária total do curso.

As avaliações sempre deverão ser presenciais. Claro que podem ter atividades avaliativas a distância, porém a pontuação das atividades presenciais deve prevalecer sobre as atividades em EaD.

O artigo segundo traz o seguinte:

---

Art. 2º: A oferta das disciplinas previstas no artigo anterior deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria .

(BRASIL, 2004, s/p, grifo nosso)

## Ampliando o conhecimento

Entende-se que essas disciplinas que serão ofertadas de maneira semipresencial requerem atividades de tutoria, mediante profissionais docentes qualificados para tal atividade. As IES devem sempre promover cursos de capacitação e atualizações em atividade tutorial, visto que essa atividade é de vital importância para o sucesso de um projeto de EaD, seja no 100% a distância ou no semipresencial.

A Instituição, ao utilizar-se dessa possibilidade, oferece a seus alunos vantagens como aprender a praticar o autoestudo, ter autonomia na tomada de decisões e melhorar a organização de tempo de estudo. E as vantagens para a própria IES podem ser observadas na redução de custos de espaço físico, como limpeza, energia, uso de materiais multimídias, além da otimização e junção de disciplinas comuns a mais cursos, melhorando os recursos humanos.

# Cursos híbridos ou *Blended Learning*

Vimos anteriormente que todos os cursos que oferecem mais de 20% de sua carga horária na modalidade a distância já não podem ser considerados cursos presenciais, portanto a IES deve ter credenciamento específico para tal oferta.

Atualmente, muitas IES (pequenas, médias ou até grandes) que atuam na oferta de graduação e pós-graduação na modalidade presencial estão buscando credenciamento para a oferta de cursos a distância. Porém, nesse mercado, no qual já se encontram grandes concorrentes com mais de 100 mil alunos e centenas de polos espalhados pelo Brasil, as IES “entrantes” muitas vezes estão buscando uma nova forma de ofertar seus cursos, mesclando ferramentas da EaD no presencial. Isto é, elas estão muito mais preocupadas com inovações pedagógicas do que com ganho de escala em números de alunos.

É nesse sentido que apresentamos aqui o conceito de *Blended Learning*.

De acordo com Mazzon (2015, p. 125):



---

Blended Learning ou B-learning é um termo derivado do e-learning que se refere a um sistema de ensino e aprendizagem onde existem conteúdos ofertados a distância e conteúdos necessariamente ofertados presencialmente, daí a origem da designação Blended, algo misto, composto, híbrido. Nesse sistema predomina um modelo de educação mais flexível do que o tradicional. Existirá sempre uma parte mediada por tecnologia e outra com componente face-a-face, de acordo com o conteúdo e público alvo. É flexível no sentido de proporcionar acesso permanente ao conteúdo, podendo o aluno assistir, ler e interagir quantas vezes desejar.

Ainda de acordo com Mazzon (2015), trata-se de um modelo de educação inovador mais digital e interativo, no qual o aluno é o foco, classificado como a Educação 3.0, destacando-se a colaboração e a interatividade entre os participantes do processo, aluno e escola.

Nesse modelo, existe a hibridez entre as atividades presenciais e não presenciais. A educação torna-se algo mais flexível e menos industrial que as formas tradicionais de sala de aula, com reprodução de conteúdo em massa. Esse novo conceito de sala de aula é chamado de “Sala de aula invertida ou *Flipped Classroom*”.

## Ampliando o conhecimento

A *Flipped Classroom*, ou Sala de Aula Invertida, é um modelo pedagógico baseado nos seguintes princípios: a) fornecer conteúdo e instruções com antecedência para os alunos se prepararem antes de ir para a aula; b) cultura de aprendizagem, ou seja, motivar os alunos a serem os protagonistas do seu próprio aprendizado; c) aulas participativas, incluindo perguntas, discussões e aplicações práticas dos conceitos aprendidos. Dessa forma, o modelo tradicional de aprendizagem, em que os alunos têm o primeiro contato com o material de estudo na sala de aula e, em seguida, executam a tarefa de reforçar os conceitos aprendidos, é invertido.

Inverter uma sala de aula trata-se de uma abordagem abrangente que combina educação e novas tecnologias, priorizando princípios como proatividade, colaboração e aprendizagem contínua, entre outros. O relatório *Flipped Classroom Field Guide* apresenta as regras básicas para inverter a sala de aula: 1) as atividades em sala de aula devem ser direcionadas em questionamentos, resolução de problemas e outras atividades de aprendizagem ativa; 2) o *feedback* deve ser imediato aos alunos, logo após suas atividades; 3) os alunos devem ser motivados a participarem das atividades on-line e presencial, compondo seu conceito avaliativo em ambos os momentos; 4) os conteúdos on-line e presencial precisam ser bem estruturados e planejados.

**Fonte:** Mazzon (2015, p. 126-127).

# Cursos 100% EaD

Com o objetivo da expansão da educação e o oferecimento de Educação para todos, a EaD passou a ser vista de maneira positiva frente ao governo, instituições e alunos, e os cursos 100% a distância possibilitam que alunos que não podem por motivos diversos ir até os polos com muita frequência façam um curso superior normalmente.

O Brasil possui um Plano Nacional de Educação (PNE de 2010) que estabelece 20 metas e como serão as estratégias utilizadas para cumpri-las.

A meta de número 12, que trata especificamente da educação superior no país, diz que o governo pretende: ***“Elevar a taxa bruta de matrículas na educação superior para 50%, nos próximos 7 anos, e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta”*** (BRASIL, s/d, p. 08).

O que podemos concluir por meio dessa meta é que o governo pretende efetivar a matrícula de aproximadamente 7,4 milhões de alunos até o ano de 2020.

Notamos que, além de ser ousada em relação aos números, a meta ainda diz assegurar a qualidade da oferta e, além do mais, as faixas fora do intervalo de 18 a 24 anos não estão sendo consideradas.

Por meio dos dados apresentados pelo MEC, mediante o INEP em 2013, foi registrado um total de matrículas de aproximadamente 3,2 milhões de alunos, denotando-se que ainda há um déficit de 4,2 milhões de alunos matriculados em relação à meta proposta pelo Plano.

## Para refletir

Aonde queremos chegar com esses números?

O governo não conseguirá chegar a esses números propostos se não possibilitar a expansão dos cursos 100% EaD.

## Modelos mais utilizados no 100% EaD

Os modelos mais tradicionais utilizados em IES que possuem cursos 100% a distância são baseados em algumas premissas:

- Cursos veiculados por meio de plataformas on-line, denominadas **Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA)**, também conhecidos como LMS (*Learning Management System*).
- **Materiais didáticos** produzidos por docentes conteudistas, disponibilizados na forma on-line e/ou impressa aos alunos.
- **Vídeoaulas** gravadas e/ou ao vivo, ministradas por docentes contratados pela IES.
- **Tutores** que atuem de forma presencial e/ou a distância, no polo ou no AVA, dando suporte necessário aos alunos no processo de ensino e aprendizagem.

## Ambiente Virtual de Aprendizagem

O Ambiente Virtual de Aprendizagem é fundamental para o bom funcionamento de um curso a distância. Por meio dele a IES pode:

- Disponibilizar os conteúdos (materiais, vídeos, atividades etc).

- Ter acesso a todos os alunos que frequentam o AVA.
- Motivar todos os alunos a participarem das aulas e atividades.
- Acompanhar a frequência e a participação dos alunos.
- Informar aos alunos a agenda das atividades, eventos e notícias sobre o curso.
- Receber todas as atividades realizadas pelos alunos.

As principais ferramentas dentro do AVA serão:

1. Minhas disciplinas: esta área exibe as disciplinas às quais o aluno terá acesso. Para acessar uma disciplina, basta clicar sobre o nome ou ícone.
2. Disciplinas cursadas: neste campo são identificadas as disciplinas que já foram cursadas e se o aluno foi aprovado ou não. Muitos cursos permitem que os alunos continuem tendo acesso aos conteúdos já ministrados e até concluídos, como forma do aluno, sempre que precisar, relembrar os conteúdos já vistos.
3. Calendário: este recurso é muito importante para que o aluno se situe no tempo do curso. É possível, por meio dele, indicar quando houver alguma atividade programada.
4. Atividades: atividades relacionadas às disciplinas.
5. Fóruns: espaço para discussão entre os alunos, mediante temas propostos pelos professores.

No AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), por meio da internet, é possível a disponibilização de materiais diversos, disponibilização de textos, realização de atividades, manutenção do histórico do estudante e socialização de conteúdos, dos quais se destacam:

- Disponibilização do Conteúdo Programático das disciplinas e todo Material de Estudo (textos, aulas gravadas, links e referências) e Material Complementar.
- Desenvolvimento de Atividades de Estudo e Atividades Interdisciplinares, com orientação dos docentes.

## Materiais didáticos

O material didático e de apoio para a educação a distância tem características bem diferentes do material para cursos presenciais, pois é autoexplicativo, oferecendo informações claras para os alunos, sem necessidade de intérpretes. Não se trata de um material informativo simples, a par da informação básica necessária. Ocorrem situações-problema que instigam o participante a encontrar caminhos que lhe permitam avançar no assunto, buscar informações e construir conhecimento.

Os materiais utilizados apresentam recursos diversos, utilizam soluções adequadas de linguagem dialógica, visual, auditiva ou gráfica, que servem à criação de condições para uma boa aprendizagem e um desenvolvimento mais integral de hábitos de estudo, de melhoria nas habilidades de leitura e de desenvolvimento de comportamentos de iniciativa, entre outros.

## Tutoria

A tutoria, que é, sem dúvida, o principal elo entre IES e aluno, exerce de forma presencial ou on-line um papel de fundamental importância no processo de ensino-aprendizagem na EaD.

Ao Tutor compete:

- Organizar a classe virtual, informando o calendário e os objetivos do curso, expondo ao aluno a expectativa esperada em relação à interação dele com o curso, promovendo contato inicial com a turma, bem como estimulando os alunos a interagirem uns com os outros, gerando um senso de comunidade social.
- Interpretar o material visual e multimídia, quando o aluno tiver dúvidas, melhorando, assim, o andamento do curso.

- Incentivar a pesquisa, fazer perguntas, avaliar respostas, relacionar comentários, coordenar as discussões, sintetizar seus pontos principais e desenvolver o clima intelectual geral do curso, encorajando a construção do conhecimento.
- Acompanhar os comentários lançados no fórum de cada disciplina, participar, incentivar os alunos, motivá-los e avaliá-los.
- Orientar o acadêmico em suas atividades, fazendo o intercâmbio da aprendizagem e proporcionando um atendimento individual e personalizado por meio do AVA e/ou telefone.
- Dar *feedback* constante e rápido ao aluno, enfatizar para o aluno a real importância que a formação tem para sua vida pessoal e profissional. Também cabe a ele expor ao acadêmico as habilidades de estudo autônomo e compreender as relações do estudo com seus interesses particulares e profissionais.
- Identificar as capacidades e as limitações dos alunos, atentando-se às dificuldades deles e buscando reintegrá-los ao grupo, utilizando estratégias diversificadas para intervir no processo de ensino e aprendizagem, ajudando-os a progredirem em seus estudos e minimizando as desistências.
- Verificar a ausência do aluno no AVA. Caso o aluno fique ausente por uma semana, deverá fazer contato imediato com ele por meio de mensagens pelo Ambiente Virtual, caso não ocorra resultado, daí então por e-mail e via telefone, mostrando a importância de cada aluno na Instituição.
- Manter contato direto com o corpo docente, trazendo as informações com fontes concretas ao aluno.
- Corrigir (em parceria com outros professores) as atividades e as avaliações.
- Estimular o estudante ao hábito da leitura e à busca constante do conhecimento, indicando material bibliográfico e sites, conforme orientação dos Professores Conteudistas e Titulares da disciplina, sempre procurando mostrar ao aluno a relação dos conteúdos vistos com a realidade apresentada no mercado, mantendo uma atitude reflexiva e crítica em sua prática educativa.

- Controlar o acesso de seus alunos, mostrando a eles como estudar e a importância de ficarem sempre ativos em suas atividades.

## Para refletir

“É o tutor, o ténue fio de ligação entre os extremos do sistema instituição-aluno” (SOUZA, 2004, on-line).

“Espera-se que o TUTOR, além de possuir domínio da política educativa da instituição onde está inserido e conhecimento atualizado das disciplinas sob sua responsabilidade, exerça uma sedução pedagógica adequada no processo educativo” (SOUZA, 2004, on-line).

Veja mais em: [www.abed.org.br](http://www.abed.org.br)  
<<http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/001-TC-A1.htm>> .

## Indicação de leitura

**Nome do livro::** ABC da Educação: A educação a distância hoje

**Autor::** João Augusto Mattar Neto

**Editora::** PRENTICE HALL – BR

**ISBN::** 9788576051572



A Educação a Distância (EaD) vem crescendo de maneira explosiva. Consequentemente, crescem também o número de instituições que oferecem algum tipo de curso a distância, de cursos e disciplinas de empresas fornecedoras de serviços e insumos e de artigos e publicações sobre EaD. É nesse cenário em mudança que surge o ABC da EaD, um verdadeiro manual sobre o assunto, que traz não apenas a história da EaD no Brasil e no mundo, como também dicas e sugestões para quem quer melhorar ou mesmo implementar esse tipo de serviço. Com uma linguagem clara e acessível, a obra aborda os vários modelos de EaD que vêm sendo praticados, as ferramentas disponíveis, os novos papéis do aluno, do professor e das instituições, os direitos autorais e o futuro da EaD, entre outros pontos relevantes.

## UNIDADE IV

# Regulamentação, Legislação e Políticas da EaD

*Diego Figueiredo Dias*

*Nalva da Rosa*

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 9.394/96) disciplina a educação no Brasil em todos os níveis por meio do ensino em instituições próprias. Essa lei de dezembro do ano de 1996 trouxe em seu artigo 80 o seguinte:

---

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas .

**(BRASIL, 1996, s/p)**

Apesar do artigo 80 da LDB de 1996 já mencionar a possibilidade da oferta da EaD, foi por meio do Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que tivemos o início de uma regulamentação mais firme para essa modalidade, no que diz respeito ao ensino superior.

De acordo com o Art. 1º:

---

Para fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

**(BRASIL, 2005, s/p)**

Na sequência, em 09 de maio de 2006, o Decreto 5.773 veio para estabelecer as responsabilidades dos diversos órgãos e conselhos ligados ao Ministério da Educação.

A avaliação realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) constituirá referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade. Já as competências para as funções de regulação, supervisão e avaliação serão exercidas pelo Ministério da Educação, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), na forma deste Decreto.

Após a expedição dos decretos 5.622, de 2005, e do 5.773, de 2006, foi expedido o decreto 6.303, de 12 de dezembro de 2007, o qual:

---

Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino .

**(BRASIL, 2007, s/p)**

# Breve Histórico sobre a Regulamentação da EaD em nível superior no Brasil

Conforme já mencionamos, a EaD foi oficializada como modalidade possível por meio da LDB de 1996, para que fosse utilizada em todos os níveis de ensino, porém nosso foco nesta disciplina é a educação superior no Brasil.

Após a promulgação da LDB, algumas Instituições de Ensino Superior começaram a se movimentar para ofertar disciplinas, cursos de extensão, mini cursos, entre outros, na modalidade EaD. Porém tudo era ainda muito incerto sobre o quão aceitável seriam esses cursos para o MEC e também para o público em geral. As ferramentas possíveis eram ainda muito incipientes, visto que a internet na época no Brasil era de péssima qualidade e muito pouco acessível ao público, devendo as instituições aterem-se a outros mecanismos off-line.

## Ampliando o conhecimento

### Decretos

Decreto nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).

Decreto nº. 5.773, de 09 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no

sistema federal de ensino.

Decreto n.º 6.303, de 12 de dezembro de 2007, altera dispositivos dos Decretos n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

#### Portarias

Portaria n.º 1, de 10 de janeiro de 2007.

Portaria n.º 40, de 13 de dezembro de 2007.

Portaria n.º 10, de 02 julho de 2009.

No ano 2000, apenas 7 IES no Brasil ofertavam EaD em nível de graduação e esse número foi aumentando gradativamente até 2006, de acordo com a melhoria na legislação, em termos de clareza e também na melhoria da infraestrutura tecnológica.

ANO	IES	CURSOS	ALUNOS
2000	7	10	1.682
2001	10	16	5.359
2002	25	46	40.714
2003	38	52	49.911
2004	47	107	59.611
2005	73	189	114.642
2006	77	349	207.206

QUADRO 1.1 - Evolução da EaD em termos de IES credenciadas, número de cursos disponíveis e quantidade de alunos matriculados, de 2000 a 2006 FONTE: INEP/MEC (s/p).

Por meio da Tabela 4.1 podemos constatar o enorme salto de 2000 para 2006, com destaque para os anos a partir de 2004, quando a legislação já era discutida com mais profundidade, o que dava mais segurança aos participantes do mercado.

O grande *boom* da EaD ainda viria a acontecer após o ano de 2006 e, como toda expansão gera mudanças boas e ruins, ocorreram a partir de 2007 sérias denúncias sobre a péssima qualidade de cursos e infraestrutura de polos em diversas IES.

Foi quando o MEC lançou um documento denominado REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA, em agosto de 2007.

## Ampliando o conhecimento

O texto inicial do documento traz:

Não há um modelo único de educação a distância! Os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. A natureza do curso e as reais condições do cotidiano e necessidades dos estudantes são os elementos que irão definir a melhor tecnologia e metodologia a ser utilizada, bem como a definição dos momentos presenciais necessários e obrigatórios, previstos em lei, estágios supervisionados, práticas em laboratórios de ensino, trabalhos de conclusão de curso, quando for o caso, tutorias presenciais nos polos descentralizados de apoio presencial e outras estratégias. Apesar da possibilidade de diferentes modos de organização, um ponto deve

ser comum a todos aqueles que desenvolvem projetos nessa modalidade: é a compreensão de EDUCAÇÃO como fundamento primeiro, antes de se pensar no modo de organização: A DISTÂNCIA.

Assim, embora a modalidade a distância possua características, linguagem e formato próprios, exigindo administração, desenho, lógica, acompanhamento, avaliação, recursos técnicos, tecnológicos, de infraestrutura e pedagógicos condizentes, essas características só ganham relevância no contexto de uma discussão política e pedagógica da ação educativa. Disso, decorre que um projeto de curso superior a distância precisa de forte compromisso institucional em termos de garantir o processo de formação que contemple a dimensão técnico-científica para o mundo do trabalho e a dimensão política para a formação do cidadão. Devido à complexidade e à necessidade de uma abordagem sistêmica, referenciais de qualidade para projetos de cursos na modalidade a distância devem compreender categorias que envolvem, fundamentalmente, aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura. Para dar conta dessas dimensões, devem estar integralmente expressos no Projeto Político Pedagógico de um curso na modalidade a distância os seguintes tópicos principais:

- i. Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem;
- ii. Sistemas de Comunicação;
- iii. Material didático;
- iv. Avaliação;
- v. Equipe multidisciplinar;
- vi. Infraestrutura de apoio;
- vii. Gestão Acadêmico-Administrativa;
- viii. Sustentabilidade financeira.



Fonte: MEC (BRASIL, 2007). [portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)

<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>> .

Apesar do avanço após os referenciais de qualidade, o MEC ainda continuou a busca por melhorias - o próximo passo era “fiscalizar” as IES que não estavam cumprindo a legislação - e lançou um Termo de Saneamento de Deficiências (TSD), onde, por meio de visitas de fiscalização, identificava pontos a serem melhorados na IES, que, por sua vez, assinava um compromisso de sanar tais deficiências no período de 1 ano.

Algumas IES cumpriram os TSD, outras não.

As IES que não cumpriram foram descredenciadas para a oferta de EaD, isto é, não puderam mais ofertar cursos nessa modalidade.

## Para refletir

Todo esse “aperto” da fiscalização e regulamentação serviu para que a EaD tivesse um avanço de qualidade sem precedentes. Infelizmente, no Brasil, parece que as coisas só funcionam se bem fiscalizadas.

A partir de 2007/2008, o avanço foi muito nítido em termos de melhoria pedagógica e infraestrutura. Porém ainda existia um problema: o INEP não designava comissões de avaliações para reconhecimento dos cursos de EaD devido à falta de avaliadores qualificados para tal. Para que os alunos que estivessem cursando cursos a distância não ficassem no prejuízo, a Portaria Normativa 40, de dezembro de 2007, dispôs o seguinte:

---

Art. 63 - Os cursos cujos pedidos de reconhecimento tenham sido protocolados dentro do prazo e não tenham sido decididos até a data de conclusão da primeira turma consideram-se reconhecidos, exclusivamente para fins de expedição e registro de diplomas.

§ 1º A instituição poderá se utilizar da prerrogativa prevista no caput enquanto não for proferida a decisão definitiva no processo de reconhecimento, tendo como referencial a avaliação.

§ 2º As instituições que foram credenciadas experimentalmente, nos termos do art. 80 da Lei nº 9.394, de 1996, na modalidade de EaD, para atuação no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil, constantes dos anexos das Portarias nº 858, de 04 de setembro de 2009, e 1.050, de 22 de agosto de 2008, poderão se utilizar da prerrogativa prevista no caput, para os processos de reconhecimento dos respectivos cursos a distância, protocolados até o dia 31 de janeiro de 2011.

(BRASIL, 2007, s/p)

Portanto, o MEC, por meio dessa portaria, reconhecia o diploma de todos os alunos egressos de cursos que houvessem tido pedido de reconhecimento feito no prazo por suas IES e, no advento de sua formatura, ainda não tivessem recebido comissão do INEP para avaliação de reconhecimento.

Isso deu uma segurança enorme para as IES continuarem ofertando, divulgando e criando novos cursos para avançarem cada vez mais no mercado da EaD.

### Panorama atual da legislação da EaD

O avanço na legislação a partir de 2007 fez com que a EaD chegasse ao patamar de 15% das matrículas do presencial, o que significa que, atualmente, cerca de 1,5 milhão de estudantes de graduação fazem seus cursos na modalidade a distância.

Um avanço muito grande foi a unificação, a partir de 2012, dos instrumentos de avaliação do INEP para cursos presenciais e a distância.

## Para refletir

Ora, se o diploma expedido pela IES para o EaD é igual ao diploma do presencial, por que as avaliações feitas pelo MEC deveriam ser distintas?

Claro que cursos presenciais e a distância têm suas especificidades, que no instrumento é sanado por meio do termo “Não Se Aplica (NSA)”, por exemplo:

Cursos de graduação presenciais que não utilizem nada da carga horária a distância possível (até 20%) não terão TUTORES avaliados. Portanto, no item tutoria do instrumento de avaliação terá um NSA.

Da mesma forma que os itens específicos para cursos que não são ofertados a distância, como Medicina, também lançarão mão do NSA.

A partir do ano de 2014 passou a ser discutido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) um novo Marco Regulatório para a Educação a Distância no Brasil, o que traria impactos para as IES que pretendem entrar no mercado, bem como para as que já estão estabelecidas. Esse Marco Regulatório acabou sendo homologado em 10 de março de 2016.

Leia na íntegra: [www.abed.org.br](http://www.abed.org.br/arquivos/parecer_cne_ces_564_15.pdf)  
<[http://www.abed.org.br/arquivos/parecer\\_cne\\_ces\\_564\\_15.pdf](http://www.abed.org.br/arquivos/parecer_cne_ces_564_15.pdf)>

## Comentários sobre o Novo Marco Regulatório da EaD

O novo marco regulatório homologado em março de 2016 veio para aprimorar e atualizar a legislação da educação a distância, em relação ao Decreto nº 5.662 de 2005.

Um avanço muito grande no que diz respeito à flexibilidade pode ser notado nesse novo marco:

- O credenciamento institucional poderá englobar presencial e EaD no mesmo pedido junto ao MEC. Antes do novo marco, a IES deveria ser credenciada

para o presencial, esperar a publicação em Diário Oficial, e somente depois disso poderia solicitar credenciamento para EaD.

- Os Projetos Pedagógicos têm seu papel reforçado e isso faz com que cada IES possa explorar o que tem de melhor a oferecer para cada região onde seus cursos são ofertados.
- Um mesmo endereço de polo poderá ser compartilhado por mais de uma IES, com o objetivo de maximizar recursos e reduzir custos de operação.
- Os polos que eram obrigados a manter livros físicos em bibliotecas poderão utilizar uma biblioteca digital.

## Indicação de leitura

**Nome do livro::** Educação a distância: Da legislação ao pedagógico

**Autor::** Rosilâna Aparecida Dias e Lígia Silva Leite

**Editora::** Vozes

**ISBN::** 9788532627292

A expansão da Educação a Distância traz desafios aos interessados na área e que buscam conhecer melhor sua história e abordagens teórico-instrumentais com vistas a uma prática mais consistente. Essa obra aborda justamente temas que oferecem, aos educadores, embasamento para compreenderem melhor os aspectos legais, pedagógicos e tecnológicos da Educação a Distância.

# Conclusão

A Educação a Distância (EaD) no Brasil vem superando dificuldades nas regulamentações, bem como preconceitos da sociedade e tem cada vez mais se firmado como uma realidade do cenário educacional brasileiro. Atualmente, são quase dois milhões de estudantes somente na educação superior.

Conforme discutimos ao longo desta disciplina, as avaliações que vêm sendo feitas, tanto das instituições quanto dos alunos de EaD, têm demonstrado que a melhora na qualidade tem sido constante, inclusive, no tocante ao ENADE (que avalia o desempenho dos estudantes), os resultados dos aproveitamentos dos alunos de EaD têm sido maior que dos alunos do presenciais.

Em nossa disciplina, vimos os “Fundamentos e Conceituações de Educação a Distância”, o “Histórico da Educação a Distância” no Brasil e no mundo, as “Modalidades da EaD” e, por fim, a “Regulamentação, Legislação e Políticas da EaD”.

Sabemos que a modalidade a distância ainda tem muito a expandir, visto que o governo federal sonha em atingir uma quantidade de alunos em cursos superiores para 2020, e somente com a expansão de IES e cursos a distância essa meta será alcançada.

# Referências

ALONSO, K. Novas tecnologias e formação de professores. In: PRETTI, O. **Educação a distância: construindo significados**. Cuiabá: NEAD/IE; UFMT, 2000.

BEHAR, P. A. (Org.). **Modelos pedagógicos em Educação a distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BELLONI, M. L. **Educação a Distância**. Campinas: Autores Associados, 2006.

COLOMBO, S. S. *et al.* **Marketing educacional em ação: estratégias e ferramentas**. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2005.

ESTEBAN, M.T. (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FREGALE FILHO, R. (Orgs.). **Educação a Distância: análise dos parâmetros legais e normativos**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 82, p.93-130, abr. 2003.

GUTIERREZ, F.; PRIETO, D. **A Mediação Pedagógica**. Campinas-São Paulo: Editora Papirus, 1994.

LANDIM, C. M. P. F. **Educação a distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LAZILHA, F. R. **Ambientes de Aprendizagem em EaD**. Maringá: CESUMAR, 2011.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson, 2009.

LOBO NETO, F. J. S. **Educação a Distância: referências e trajetórias**. Brasília: Plano Editora, 2001.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

**MARINHO, V. C.; REPSOLD, M. Educação (básica) a distância – Possibilidades**. Rio de Janeiro, 2010. <<http://www.abed.org.br/congresso2010/cd/252010115238.pdf>>

10 jul. 2013.

**MEC. Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Brasília, 2007. <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

NEVO, D. **The conceptualization of educational evaluation: an analytical review of the literature**. Review of Education Research, Washington (D.C.), v. 53, n.1 spring, 1983.

NISKIER, A. **Educação a distância: A tecnologia da esperança**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

OLIVEIRA, D. A. **Política Educacional nos Anos 1990: Educação Básica e Empregabilidade**. In.: DOURADO, L. F.; PARO, V.H. (Orgs.). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

PERRENOUD, P. **10 Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PERRENOUD, P.; THURLER, M. G. **Avaliação: da excelência à regulação das Aprendizagens - entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed. 1999.



RUMBLE, G. A gestão dos sistemas de ensino a distância. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Unesco, 2003.

**SILVA, R. A. Reflexões sobre o marketing educacional nos tempos da educação a distância. São José dos Campos, 2008. <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000592.pdf>>**

# Atividades

## Atividades - Unidade I

Romero Tori, em entrevista para a Revista Scitis, diz que a EaD é democrática. Diante disso, assinale a(s) alternativa(s) correta(s):

- A) A EaD é democrática, pois pode atingir comunidades distantes dos grandes centros.
- B) A EaD é democrática, pois pode permitir flexibilidade de horários de estudo.
- C) A EaD é democrática, pois sua metodologia faz com que o aluno estude menos.
- D) A EaD é democrática, pois pode não permitir flexibilidade de horários de estudo.
- E) A EaD é democrática porque o aluno não é obrigado a realizar provas e avaliações.

A metodologia baseada na educação a distância busca um aprendizado ativo, em que os conteúdos e as estratégias pedagógicas são planejados para que ocorra

um alto grau de interação entre o aprendiz, seus professores e seus colegas. Assinale as alternativas corretas:

- A) Essa interação deverá ser mediada tanto por meio das novas tecnologias de informação e comunicação como em interatividades pedagógicas que garantam a qualidade no processo ensino-aprendizagem.
- B) Educação a distância se refere àquelas formas de aprendizagem organizadas, baseadas na aproximação física entre os aprendizes e os que estão envolvidos na organização de sua aprendizagem.
- C) A separação entre o aluno e o método pode aplicar-se a todo o processo de aprendizagem ou apenas a certos estágios ou elementos desse processo.
- D) A educação a distância não inclui aulas nem avaliação presencial.
- E) Na EaD as aulas acontecem a distância, porém todas as atividades devem ser feitas presencialmente, nos polos de apoio presencial.

### Referente ao uso de novas tecnologias na educação:

- A) Contempla-se, como grande diferencial, a possibilidade de unir por meios eletrônicos - além de fronteiras - pesquisadores, professores, estudantes e profissionais em debates que promovam a geração/fortalecimento de contatos e a discussão da teoria versus a contextualização práticas.
- B) As novas tecnologias não podem reforçar a contribuição dos trabalhos pedagógicos e didáticos contemporâneos, pois não permitem que sejam criadas situações de aprendizagem ricas, complexas, diversificadas, por meio de uma divisão de trabalho que não faz mais

que todo o investimento repouse sobre o professor, uma vez que tanto a informação quanto a dimensão interativa são assumidas pelos produtores dos instrumentos.

- C) A videoconferência é uma tecnologia para uso educacional, utilizando sistemas bi e multidirecionais com interação por áudio e vídeo, integrando múltiplos espaços conectados ao vivo, para realização de aulas, conferências e sessões interativas de defesas de teses, dissertações e monografias.
- D) A internet não facilitou o desenvolvimento de sistemas autônomos para uso em ambientes virtuais de aprendizagem, de abordagens metodológicas para o processo ensino-aprendizagem on-line.
- E) As novas tecnologias não são um diferencial para a EAD, pois a principal mídia ainda é a TV, que agregada ao uso da internet facilitou a interatividade.

## Atividades - Unidade II

Quando se pensa no processo histórico em que as políticas educacionais são construídas, deve-se levar em consideração:

- A) A disputa entre as pessoas e/ou instituições que participam do processo em cada contexto sociopolítico.
- B) Escolha dos melhores recursos tecnológicos.
- C) Dificuldade de aprendizagem.
- D) Mudança cultural na educação.
- E) O que melhor atende as escolas e Instituições de Ensino Superior.

Sobre o Projeto Minerva, marque a alternativa correta:

- A) Surgiu na década de 80, com diversos cursos.
- B) Os cursos eram transmitidos por meio da cadeia nacional de rádio.
- C) Projetos como o Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI) surgiram na década de 90.
- D) O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) tinha por objetivo habilitar os professores que não eram titulares de 2º grau.
- E) Tinha por objetivo habilitar os professores que não eram titulares de 1º grau.

Na década de 70 o mundo iniciava a sua trajetória rumo à universalização do capitalismo. Com base nisso, marque as alternativas corretas:

- A) Essas mudanças no contexto econômico social do mundo foram fruto da produção, dos diagnósticos e das pesquisas feitas por intelectuais.
- B) Os Estados Unidos e demais membros do Banco Mundial propuseram, para mais de 60 países, um plano único de ajuste econômico com a estratégia de separar as políticas econômicas.
- C) Não houve a intervenção dos organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
- D) O capitalismo foi protagonista na ação de garantir a rentabilidade do sistema social das grandes corporações, das empresas transnacionais e dos países detentores dos poderes gerais, em que, coincidentemente, estão as suas bases políticas.
- E) No Brasil constatou-se que o Estado, que era reprodutor da ordem social, agiu de forma eficiente e atuante frente às reais necessidades sociais.

O Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que revogou o anteriormente citado, definiu a EaD nos mesmos moldes anteriores. Os pontos a destacar desse novo decreto são:

- A) O objetivo de padronizar normas e procedimentos na direção da uniformidade.

- B) Cria normas e exigências para processos, pautando-se em referenciais de qualidade.
- C) Não aplica, integralmente, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) à EaD.
- D) Em julho de 1995 surge o Decreto n.º 5.800, que apresenta o Sistema de UAB, constituindo um amplo sistema nacional de educação superior a distância.
- E) Mantém as mesmas normas e exigências do decreto anterior para processos, pautando-se em referenciais de qualidade.

### Atividades - Unidade III

A Portaria 4059/10, de dezembro de 2004, legaliza a possibilidade das instituições que possuem cursos reconhecidos utilizarem até 20% de sua carga na modalidade a distância. Assinale as alternativas corretas:

- A) De acordo com essa portaria, fica estabelecido que todos os cursos que utilizarem quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota serão considerados semipresenciais.
- B) Estabeleceu-se, ainda, que disciplinas poderão ser ofertadas integralmente a distância ou em partes, desde que a oferta em EaD não ultrapasse 30% da carga horária total do curso.
- C) As avaliações não precisam ser presenciais.
- D) Entende-se que essas disciplinas que serão ofertadas de maneira semipresencial requerem atividades de tutoria, mediante profissionais docentes qualificados para tal atividade.
- E) As disciplinas a serem oferecidas na modalidade EaD devem, obrigatoriamente, ser apenas para cursos na área de gestão e licenciaturas.

Referente aos cursos híbridos ou Blended Learning, marque as alternativas corretas:



- A) Blended Learning ou B-learning é um termo derivado do e-learning que se refere a um sistema de ensino e aprendizagem em que existem conteúdos ofertados a distância e conteúdos, necessariamente, ofertados presencialmente, daí a origem da designação Blended, algo misto, composto, híbrido.
- B) Nesse sistema, predomina um modelo de educação menos flexível.
- C) Existirá apenas a mediação por tecnologia.
- D) É flexível no sentido de proporcionar acesso permanente ao conteúdo, podendo o aluno assistir, ler e interagir quantas vezes desejar.
- E) Nesse sistema, o aluno estuda totalmente sozinho, sem mediação do tutor.

***A Flipped Classroom*, ou Sala de Aula Invertida, é um modelo pedagógico baseado nos seguintes princípios:**

- A) Fornecer conteúdo e instruções com antecedência para os alunos se prepararem antes de irem para a aula.
- B) Cultura de aprendizagem, ou seja, motivar os alunos a serem os protagonistas do seu próprio aprendizado.
- C) Aulas pouco participativas.
- D) Dessa forma, o modelo tradicional de aprendizagem, em que os alunos têm o primeiro contato com o material de estudo na sala de aula e, em seguida, executam a tarefa de reforçar os conceitos aprendidos, não é invertido.
- E) Nessa metodologia o tutor tem participação ativa, ou seja, o aluno não tem condições de estudar sozinho.

O relatório *Flipped Classroom Field Guide* apresenta as regras básicas para inverter a sala de aula. Sobre isso, assinale a alternativa correta:

- A) As atividades em sala de aula devem ser direcionadas em questionamentos, resolução de problemas e outras atividades de aprendizagem ativa.
- B) O *feedback* não precisa ser imediato aos alunos, logo após suas atividades.
- C) Os alunos não precisam participar das atividades on-line e presencial.
- D) Os conteúdos on-line e presencial precisam ser bem estruturados e planejados.
- E) Não necessariamente os conteúdos devem ser disponibilizados com antecedência para os alunos.

## Atividades - Unidade IV

**Referente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), marque a alternativa correta:**

- A) Essa lei disciplina a educação no Brasil em poucos níveis, por meio do ensino em instituições próprias.
- B) Essa lei é de dezembro do ano de 2006.
- C) De acordo com a lei, a educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.
- D) A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

**Em relação ao breve histórico sobre a regulamentação da EaD em nível superior, assinale a alternativa correta:**

- A) A EaD foi oficializada como modalidade possível por meio da LDB de 1998.
- B) Antes da promulgação da LDB, algumas Instituições de Ensino Superior começaram a se movimentar para ofertar disciplinas, cursos de extensão, minicursos, entre outros, na modalidade EaD.
- C) Em 1996 já era aceitável como seriam os cursos a distância para o MEC e, também, para o público em geral.
- D) As ferramentas possíveis eram ainda muito incipientes, visto que a internet, na época, no Brasil era de péssima qualidade e muito pouco acessível ao público.

- E) A modalidade a distância foi oficializada pela LDB de 2009.

**Análise as afirmativas sobre os conceitos modernos e as tecnologias utilizadas para a educação:**

- A) Educação a Distância: realiza-se por diferentes meios (correspondência postal ou eletrônica, rádio, televisão, telefone, fax, computador, internet, entre outros).
- B) Educação on-line: realizada, obrigatoriamente, com internet como papel principal. Pode ser utilizada de forma síncrona ou assíncrona.
- C) Ambientes Virtuais de Aprendizagem: salas (ambiente físico) disponibilizadas nas escolas para acesso à internet. Para ajudar os professores no gerenciamento de conteúdos para seus alunos e na administração do curso, permite acompanhar constantemente o progresso dos estudantes.
- D) Biblioteca virtual: conceito de virtualização das bibliotecas tradicionais.
- E) AVAs: Ambientes Virtuais de Aprendizagem - espaço onde são disponibilizados os conteúdos didáticos para os alunos, porém não oferecem opção para realização de atividades.

**Devem estar integralmente expressos no Projeto Político Pedagógico de um curso na modalidade a distância os seguintes tópicos principais:**

- A) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem.
- B) Sistemas de Comunicação.

- C) Material didático completo.
- D) Avaliação.
- E) Quantidade de polos.